

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO
ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
DO EXERCÍCIO DE 2020**

Emitente: Controladoria Geral Interna – CGI

Gestor responsável:

Warlen César Bortoli (Presidente de 01/01/2020 a 31/12/2020)

Exercício: 2020

Castelo, ES, março de 2021

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES

Documento: Relatório e parecer conclusivo do órgão central de controle interno do exercício de 2020.

Abreviatura: RELUCI.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): Controle interno.

Exercício: 2020.

Data de Elaboração: 10/03/2021.

Responsáveis: Warlen César Bortoli (Presidente de 01/01/2020 a 31/12/2020) e Anderson Pereira (Controlador-Geral Interno).

Base normativa: Instrução Normativa TCE/ES nº 68/2020, Anexo III.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

Emitente: Controladoria-Geral Interna (CGI)

Entidade: Poder Legislativo do Município de Castelo/ES

Gestor responsável: Warlen César Bortoli (Presidente)

Exercício: 2020

1. RELATÓRIO:

1.1. Introdução:

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os pontos de controle selecionados para análise tiveram por base a Tabela Referencial (TR) do item 3.2.3 do Anexo III da Instrução Normativa TCE-ES nº 68, de 08/12/2020, e alterações posteriores, a partir da qual houve constatações e proposições sugeridas, emitindo-se, ao final, o parecer conclusivo.

1.2. Constatações e proposições

Mais do que explicar pontualmente cada ponto de controle, transcrevendo de maneira integral partes da tabela, optamos, ao reverso, por explicar

sucintamente os achados, até porque alguns dos objetos de auditoria não constavam da Tabela Referencial (TR) do item 3.2.3. do Anexo III da Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020:

a) Despesas com pessoal (itens 1.4.8 e 1.4.9. da TR):

Por força da Lei Municipal nº 4.027, de 16/12/2020, no exercício de 2020 foi concedida no âmbito do Poder Legislativo revisão geral anual aos servidores efetivos, comissionados, contratados, aposentados e pensionistas integrantes do quadro da Câmara, no percentual de 3,92%, retroativamente ao mês de março de 2020.

Mesmo que não houvesse o comprometimento da receita nem mesmo o descumprimento dos limites da despesa com pessoal, que ficou em 2,41% da receita corrente líquida do Município em 2020, deve-se ter em mente que o artigo 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalva os atos de que resultem o aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato, entendimento que foi endossado pelo Tribunal de Contas do Estado no Parecer Consulta nº 03/2021-8, de 23/02/2021, o que faz com que as despesas decorrentes desse ato possam ser consideradas irregulares (item 2.2.30 da TR).

Mesmo assim, como as despesas com pessoal chegaram ao patamar mais baixo dos últimos anos (2,41% em 2020 contra 2,61% em 2019, 2,87% em 2018 e 2,97% em 2017) e a Lei nº 3.993, de 15/07/2020, reduziu os subsídios dos vereadores e os vencimentos dos servidores comissionados em 10% nos meses de julho, agosto e setembro de 2020, o que contribuiu para a estabilização das despesas com pessoal em 2020, entende-se, por hora, que houve a manutenção do equilíbrio das finanças do Legislativo naquele exercício.

b) Ausência de Registro de Admissão (item 2.5.37 da TR):

A Câmara Municipal de Castelo em 09/03/2018 baixou edital para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.

Aplicou as provas em 16/12/2018 e teve seu resultado final homologado em 01/04/2019.

Em 15/01/2020 nomeou Wagner Boa Nova Medeiros, candidato aprovado, para o cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, sendo que tomou posse e entrou em exercício em 17/02/2020.

Consultado o módulo CidadesWeb do Tribunal de Contas do Estado verifica-se, em atos de pessoal, que não consta informações sobre o concurso ou a nomeação do candidato aprovado.

A esse respeito o gestor informou que não foi Presidente da Câmara no período de 01/01/2019 a 26/11/2019, época que deveria ter sido feita a remessa dos dados do concurso público, ressaltando ainda que, por tal ausência, o cadastro do servidor nomeado ficou prejudicado, a ponto de, em 13/05/2020, ter feito comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, via servicedesk, relatando a situação e pedindo apoio para solucioná-la.

Entende-se, neste passo, que o gestor promoveu os atos necessários para tentar sanar a inconsistência, da qual foi apenas um dos responsáveis, sugerindo que a Câmara promova os atos necessários à regularização sob pena de, dentre outros desdobramentos, ocasionar prejuízo ao servidor nomeado.

c) Servidores públicos ocupantes de cargos comissionados (item 2.6.1 da TR):

Foi verificado que algumas atribuições que se relacionam mais a de cargos efetivos estão sendo desempenhadas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cuja função precípua destina-se à direção, chefia e assessoramento.

Consultado o gestor do exercício de 2020 ele informou que a Câmara Municipal de Castelo aplicou as provas do concurso público em 2018, seu resultado foi homologado em 2019 e nomeou o primeiro candidato aprovado em 15/01/2020, cuja posse ocorreu em 17/02/2020.

Informou, entretanto, que pouco tempo depois, por conta da pandemia do novo coronavírus, inúmeras medidas normativas e administrativas foram adotadas no sentido de restringir a contratação de pessoal, citando como exemplo o Decreto Legislativo Federal nº 06, de 20/03/2020, a Lei Complementar Federal nº 173, de 27/05/2020 e o Decreto Legislativo Estadual nº 54, de 09/06/2020, que aprova o decreto municipal de calamidade pública em razão da pandemia, ponderando, assim, que as nomeações seguintes não puderam ser efetuadas, ainda mais num contexto de dúvidas não só quanto à manutenção da receita mas também quanto ao aspecto jurídico de tais normas, em vista das diversas interpretações, muitas delas divergentes, que a legislação em comento vinha recebendo.

Ainda assim é recomendada a adoção das providências necessárias para a adoção deste desiderato o quanto antes.

d) Tecnologia da informação e portal de transparência:

Após a análise dos sistemas de tecnologia da informação da Câmara chegou-se à conclusão de que alguns cuidados precisam ser observados.

No RELUCI do exercício de 2019 foi recomendado pela Controladoria a adoção das providências sugeridas pelo Tribunal de Contas do Estado, quais sejam, a divulgação de relatório de processamento de pedidos da Ouvidoria-Geral e a possibilidade de acompanhamento do pedido diretamente no site, requisitos importantes para pleno cumprimento dos desígnios da transparência passiva, naquilo que o gestor do exercício de 2020 informou ter tido dificuldades para implementá-las pois, com o advento da pandemia, a contratação de novos serviços poderia ocasionar riscos múltiplos.

Entretanto, o site ainda não conta com tal funcionalidade, sugerindo ao atual gestor sua adoção, que, de antemão, informou à Controladoria que já contratou neste ano de 2021 empresa para a reformulação completa do site com o objetivo de torná-lo mais funcional, operante e sobretudo mais transparente, solucionando em definitivo as inconsistências apresentadas nos exercícios anteriores.

e) Controle da execução dos contratos:

Embora não tenha sido observado nenhum indício de irregularidade na execução das despesas referentes a contratos, a ponto de não revelar inconsistências no seu cumprimento, é digno de registro que o Legislativo poderia aperfeiçoar os mecanismos de controle dos bens e serviços recebidos, o que tornaria consequentemente melhores alguns procedimentos de liquidação.

Assim, a aquisição de papéis, envelopes, capas de processo, café em pó, combustíveis e sonorização volante, por exemplo, poderiam ser instados a

um melhor controle, já que se tratam de bens e serviços de fruição periódica, revelando maior clareza para prevenir erros e facilitar a fiscalização.

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

Quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, tomando-se por base os parâmetros da Tabela Referencial do item 3.2.3. do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020, a Controladoria verificou que o gestor atendeu aos preceitos normativos vigentes, devendo ser destacado o cumprimento de todos os limites e metas financeiros e orçamentários, sobretudo no que tange às despesas de caráter continuado com pessoal, ressaltando, finalmente, que o Legislativo cumpriu sua obrigação com todos os servidores, vereadores e fornecedores em 2020, devolvendo ainda saldos financeiro e orçamentário para a Prefeitura de Castelo, o que evidencia o equilíbrio e parcimônia das contas do Legislativo Municipal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade de Warlen César Bortoli, exercente do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castelo no exercício de 2020.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular, mesmo com as ressalvas feitas, tendo em vista que a Câmara Municipal de Castelo demonstra o cumprimento das normas inerentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional, observando, no objeto auditado, a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Castelo, ES, 10 de março de 2021.

ANDERSON PEREIRA

Controlador-Geral Interno